



Futebol também é coisa de mulher

Movimento Mulheres de Arquibancada mostra que futebol não é reduto apenas masculino. O objetivo é reunir as fãs do esporte para discutir a atuação das torcedoras nos estádios brasileiros.

Página 12

Transfobia no mercado de trabalho gera informalidade

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% dos trans se prostituem por não conseguirem emprego com carteira assinada.

Página 4



Amanda Oliveira

Abandono de animais domésticos aumenta em SP

Maus tratos contra animais é crime ambiental em São Paulo desde 2011. No ano passado, a Polícia Civil registrou mais de 600

denúncias sobre abandono ou violência. O crime prevê prisão de três meses a até um ano.

Página 7



Patrícia Oliveira/Creative Commons

Saiba como a alienação parental afeta convivência entre pais e filhos

Página 6

Youtubers que falam sobre beleza e comportamento fazem sucesso de público

Página 3

15% da população brasileira tem 60 anos ou mais

São quase 30 milhões de brasileiros, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais, realizado pelo IBGE, no ano de 2015. Segundo

a Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso, maus tratos são os casos com maior incidência.

Página 8

Suicídio aumenta entre a população jovem

Cada vez mais jovens atentam contra a própria vida. Baixa autoestima, dificuldades de adaptação

social e excesso de cobranças estão entre os principais motivos.

Página 5

Um em cada quatro brasileiros é analfabeto

Página 3

VERDADES E MENTIRAS EM TEMPOS DE FAKE NEWS

Prof^a. Dr^a. Marcia Furtado Avanza
Coordenadora do curso de Jornalismo da FAPCOM

A internet mudou toda a nossa forma de ver o mundo. Introduziu uma nova maneira de aquisição de informações, pensamento, busca por conhecimento, comunicação e lazer. A rede mundial representa hoje o maior repositório de conhecimentos disponíveis. Tornou-se uma das mais revolucionárias invenções do século e é inegável sua contribuição para as pessoas, para a ciência e para os processos administrativos.

Depois de 26 anos do seu surgimento, a World Wide Web é hoje o mais importante meio de comunicação, com uma audiência incrível. No Brasil, por exemplo, o número de pessoas conectadas fica atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e China. São quase 130 milhões de internautas no País. No entanto, o que poderia ser uma notícia positiva, também gera muitas preocupações, especialmente em tempos de redes sociais.

A internet possibilitou a difusão do fenômeno da 'pós verdade', expressão que ganhou do tradicional Dicionário Oxford o título de palavra do ano em 2016.. Não que o termo não existisse antes, mas a escolha se deveu pela frequência de seu uso, especialmente nas notícias relacionadas ao referendo sobre o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e à eleição do presidente norte-americano Donald Trump, dois casos que se beneficiaram dessa estratégia.

As notícias falsas ganharam espaço na era digital e estimulam os discursos de ódio na internet. Valem-se do estilo jornalístico para passar credibilidade, mas não tem nenhum compromisso com a realidade.

O momento em que vivemos é marcado por um contexto político polarizado e pelo que podemos chamar de falta de adesão à realidade de membros da política nacional. No entanto, esse costume não é exclusivo deles – os políticos –, e vem se mostrando comum entre lideranças sociais, empresários, líderes de opinião e cidadãos, que em sua maioria são mais propensos a emoções e entretenimento do que a dados e argumentos.

Esse é um dos motivos que faz com que a checagem de fatos, um dos princípios fundamentais do jornalismo, agora se torne o grande desafio dos profissionais de imprensa. Diante de um cenário em que as informações circulam como se fossem verdades absolutas, a função social do jornalista se destaca separando dados de histórias e verdades de mentiras, trabalhando a favor da sociedade. Verificar, conhecer discursos e fatos, ter uma visão ética, crítica e contextualizada dos acontecimentos de nossa sociedade é o que nos dá condição de participar das decisões democráticas. Sem isso, ao contrário de debates, teremos apenas monólogos.

FAPCOMUNICA

ANO 4 - NÚMERO 9 - DEZEMBRO DE 2017

EXPEDIENTE

FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
Rua Major Maragliano, 191 - Vila Mariana
CEP 04017-030 São Paulo (Brasil)
Tel. (11) 0800 709 8707 • (11) 2139-8500
www.fapcom.edu.br

Direção: Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito
Pró-direção Acadêmica: Pe. Jakson Alencar
Pró-direção Administrativa: Pe. Valdecir Pereira Uveda
Coord. curso de Jornalismo: Prof^a. Márcia Avanza

Conselho Editorial:
Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito
Pe. Jakson Alencar
Pe. Valdecir Pereira Uveda
Prof^a. Marcia Avanza
Prof. Vanderlei Postigo
Prof^a. Lilian Crepaldi
Prof. Claudenir Módolo Alves

Coord. de redação:
Prof^a. Lilian Crepaldi - Mtb 43.315
Projeto Gráfico e coord. de diagramação:
Prof. Maurício Gasparotto - Mtb 22.546
Revisão: Prof. Claudio Fatigatti
Equipe de redação: alunos do curso de Jornalismo (matutino e noturno)
Equipe de diagramação: alunos do V Semestre de Jornalismo noturno

Impressão: Gráfica Paulus
Tiragem: 2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**DÊ UM
MOTIVO
PARA O RH
SELECIONAR
SEU
CURRÍCULO**

- 3 módulos: Editorial, Gráfico e Comercial.
- Conhecimento teórico, técnico e de gestão no campo editorial.
- Planejamento e execução de ações nos meios impresso e digital.

**P Ó S PRODUÇÃO
G R A EDITORIAL
D U A LATO SENSU
Ç Ã O**

**INSCREVA-SE
FAPCOM.EDU.BR**



FAPCOM

Faculdade Paulus de Comunicação

ONGs reduzem analfabetismo no país

MOVA e Alfamol estimulam jovens e adultos brasileiros a voltarem a ler e escrever

ANA JULIA RAMOS
KAMILA FIGARI

O analfabetismo atinge 25% dos brasileiros. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2016, o Brasil ainda possui cerca de 12,9 milhões de analfabetos e, apesar dos avanços nos últimos anos, a alfabetização é um desafio.

Com o objetivo de reverter esse quadro e elevar o índice de educação do país, foram criados, na década de 1990, programas sociais que têm como objetivo a alfabetização solidária de jovens e adultos.

A Prefeitura de São Paulo desenvolve um projeto denominado MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos). O programa surgiu em 1989, durante a gestão de Paulo Freire, na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com uma proposta que reunia Estado e Organizações da Sociedade Civil para combater o analfabetismo entre jovens e adultos. Atualmente o programa já existe em vários estados, como Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Minas Gerais.

Contudo, a alfabetização de jovens e adultos vai muito além de ensiná-los a ler e a escrever: trata-se de dar a eles uma nova oportunidade, que antes não tiveram por algum ou vários motivos.

Alfamol

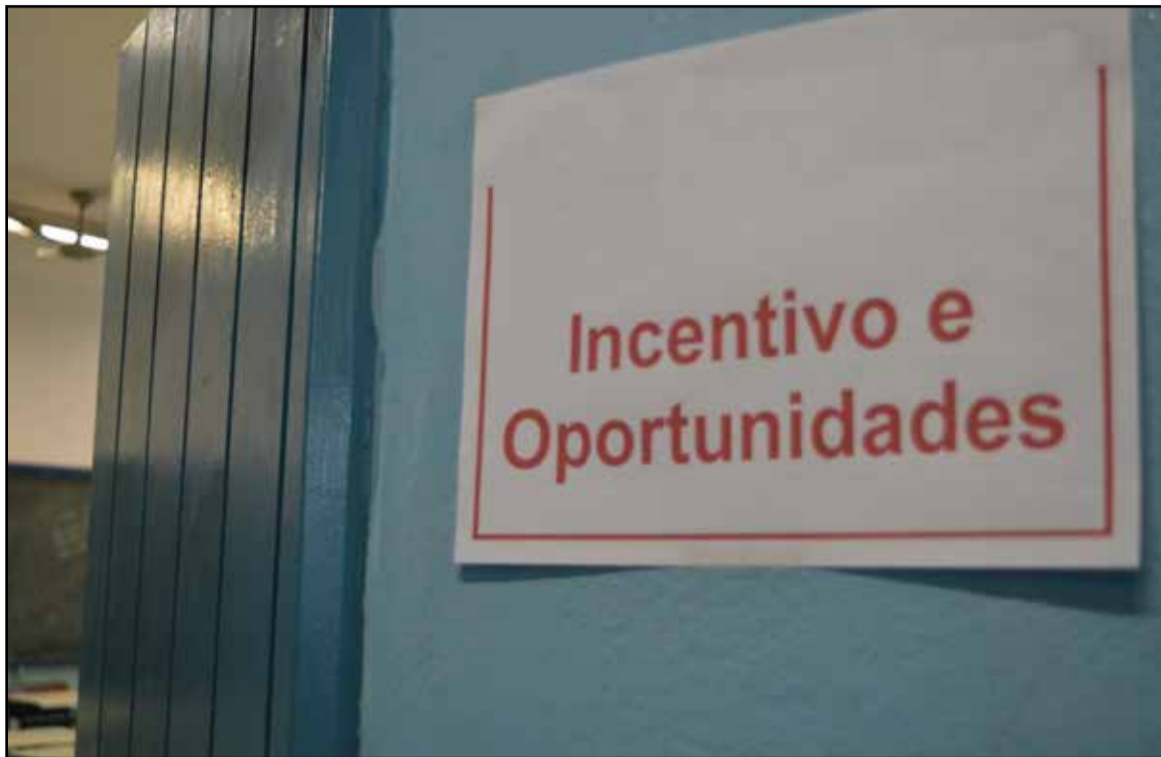
O AlfaSol (programa desenvolvido pelo Conselho da Comunidade Solidária do Governo Federal, em 1996) oferece o curso de alfabetização para jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização, que foram excluídos de políticas públicas educacionais específicas. O programa contribui com a redução dos índices de analfabetismo nos municípios com maior incidência estatística.

A rede oferece um projeto de oito meses de alfabetização, que equivalem do 1º ao 9º ano, para jovens a partir dos 15 anos. O estudante conta com professores capacitados e disponibilidade de materiais. Não existe um limite de faixa etária que pode participar. O acesso à alfabetização inicial é o primeiro passo na educação de jovens e adultos.

Os alunos, em sua maioria, são adultos que procuram a alfabetização já estando inseridos no mercado de trabalho e, às vezes, com famílias constituídas. De acordo com Thais Azevedo, coordenadora de projetos de alfabetização do AlfaSol, esses alunos buscam, principalmente, aprender e concluir os estudos.

Alunos

Ainda assim, existem dificuldades. Alguns alunos sentem-se desconfortáveis em lidar com o



Apoio dos professores é essencial para o aprendizado

novo, em acompanhar os processos tecnológicos e organizar os pensamentos no papel. Segundo a coordenadora, às vezes eles sentem vergonha e não tem segurança no aprendizado. “O importante é fazer com que eles percebam que estão aprendendo”, diz.

O AlfaSol também trabalha na ampliação da oferta pública de EJA (Educação de Jovens e Adultos), que visa a continuidade da escolarização de egressos dos cursos de alfabetização inicial

ou que não completaram ensino fundamental. O curso tem duração de 24 meses e aponta como pré-condição o alinhamento com a gestão educacional pública em relação à EJA. Além de possibilitar a capacitação dos professores para o aprimoramento da metodologia usada em sala, o curso respeita o conhecimento prévio dos alunos e dialoga com a realidade local.

Aluno do curso, E., 24 anos, servente de pedreiro, afirma:

“Parei de estudar por conta do trabalho, precisava ajudar em casa”. O aluno diz também sentir vergonha, por saber que pessoas mais jovens já são alfabetizadas e ele, não. Outro estudante e mecânico, A., de 32 anos, completa: “Meu motivo para voltar a estudar foi o incentivo da minha família, e precisava aprender por conta do trabalho”.

DIAGRAMAÇÃO: LUIS ANTONIO FERREIRA E YARA NUNES

Projeto ensina programação para crianças em periferias

Eles se sentem fazendo algo que anteriormente parecia apenas “coisa de gênio”, diz voluntária

MARIANA NOGUEIRA
MARÍLIA GRAZIELLE

O mercado da informática está cada dia mais aprimorado e diversas plataformas são criadas, tanto para experts quanto para pequenos amadores. A geração que está nascendo e crescendo cercada de aparelhos tecnológicos, os nativos digitais, precisarão, além de saber mexer nos aparatos, entender como funcionam: programar será uma exigência no mercado de trabalho.

Pensando nisso, o Code Club, entidade inglesa sem fins lucrativos, criada em 2013, por Clare Sutcliffe e Linda Sandvik, lançou um projeto de voluntariado para ensinar atividades extracurriculares e programação de computadores para crianças.

Através de atividades lúdicas e criativas, visam estimular a capacidade de cognição dos alunos, pois desenvolvem o raciocínio lógico, trabalho em equipe, criatividade e despertam o interesse por matemática e ciências.

No Brasil

Arthur Gandra, diretor-executivo e professor voluntário na Unidade Campo Limpo, em São Paulo, foi o responsável pela implantação do projeto na cidade, com o apoio de outra ONG (Organização Não Governamental), que cedeu para eles o espaço e os equipamentos. Em outubro do ano passado, a aprovação de um edital que repassa subsídios por um ano, fez com que o grupo paulista colocasse a meta 480 crianças formadas, no mesmo período.

O projeto tem mais de 230 grupos no País, tendo um no Campo Limpo e o outro em Paraisópolis, ambos na zona sul da cidade, e atende estudantes de 9 a 18 anos. A professora voluntária Luciana Bezerra trabalha na área de TI há 15 anos e costuma colocar no início do semestre metade das vagas para meninas. “Lógico! Eu sou mulher e trabalho nessa área!”, responde, quando ouve comentários sobre sua decisão.

Aprendizado

O curso acontece uma vez por semana e tem uma hora de duração. Os alunos aprendem utilizando a ferramenta Scratch (programa de jogos e animações desenvolvido para crianças), e depois desenvolvem para a web em HTML5 e CSS (criação e formatação visual de sites). O Club disponibiliza o material passo a passo para os professores voluntários, desde a criação de jogos até websites e animações. Durando, no mínimo, três meses o projeto conquistou os alunos: “quero ser diretora de curso, ficar mexendo no computador e arranjar vagas”, conta Beatriz Dias, de 8 anos.

Nathan Oliveira, 11 anos, é considerado o pequeno auxiliar do professor por sua facilidade em absorver o conteúdo, sempre acaba ajudando os colegas. Conta que a maioria gosta de jogar games e muitos querem trabalhar com isso, mas ele tem duas opções: “quero ser designer de



Clube de programação de games nas periferias da zona sul

games ou jogador de futebol”.

O Code Club Brasil está fechando uma parceria com a Fundação Telefônica, visando aumentar a quantidade de unidades e em um futuro próximo implantar em todas as escolas o ensino. Com o acordo fechado, irá promover encontros com

voluntários para qualificá-los como educadores: “o nosso sonho é que, independente da classe social, todas as crianças tenham acesso à programação e deixem de ser só consumidoras passivas para serem produtoras de informação e conteúdo.”, conclui Arthur Gandra.

População trans sofre preconceito no mercado de trabalho

As dificuldades enfrentadas por travestis, transexuais e transgêneros no dia a dia para vencer o preconceito velado em organizações

ANTONIO FLÁVIO

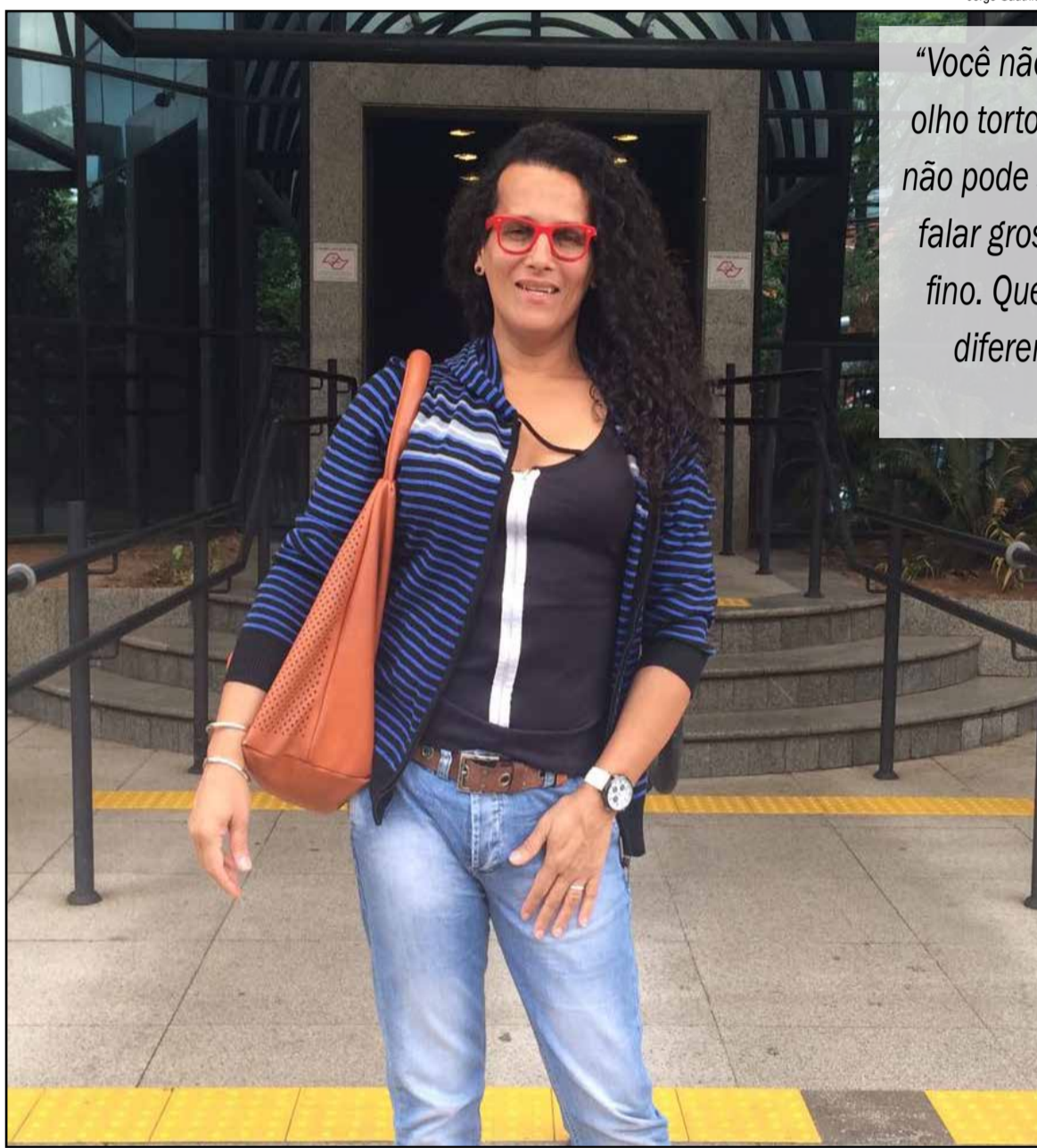
O diferente, aos poucos, deixa de ser incomum. É o caso de pessoas trans estarem cada vez mais inseridas no nosso dia a dia. Eles estão nas redes sociais, nas faculdades e até mesmo na televisão. Entretanto, nas empresas, a realidade é outra. Muitas corporações ainda negam, mas não possuem nenhum empregado LGBT oficialmente assumido.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais se prostituem no Brasil. O número é alarmante e revela o quanto é difícil uma pessoa trans arranjar um emprego formal, principalmente com carteira assinada. Já de acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans), 82% das mulheres transexuais e travestis abandonam o Ensino Médio por causa da discriminação na escola e, em alguns casos, pela falta de apoio da família.

“É muito difícil ver uma trans como vendedora, uma trans como caixa de mercado, como recepcionista de um consultório dentário. O preconceito existe sim, as pessoas fazem vista grossa, mas existe sim”, diz a cantora trans de funk carioca, Priscila Pepita, mais conhecida como “Mulher Pepita”.

Transexuais, desde sua infância sofrem com atitudes pre-

82% das mulheres transexuais e travestis abandonam o Ensino Médio por causa da discriminação na escola e, em alguns casos, pela falta de apoio da família, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais



Jorge Gauthier

“Você não pode ser vesgo, ter um olho torto, ter orelha grande, você não pode ser gordo, você não pode falar grosso, você não pode falar fino. Que mundo é esse, onde o diferente não pode existir?”

Jogê Pinheiro,
universitária

Para Jogê Pinheiro, a sociedade ainda precisa amadurecer para aceitar o diferente

conceituosas. Principalmente na fase de descoberta, onde o apoio é fundamental, o bullying atrapalha o autoconhecimento. “Quando as pessoas começam a te cobrar, dói muito, porque, além de você se achar diferente, eles te lembram isso 24 horas por dia. Somos pessoas que ninguém fala, não temos voz”, denuncia Jogê Pinheiro, transgênero e universitária. Jogê afirma sofrer preconceito não somente por ser trans, mas também por ser negra e nordestina. Sobre isso, ela relata, “Você não pode ser vesgo, ter um olho torto, ter orelha grande, você não pode ser gordo, você não pode falar grosso, você não pode falar fino. Que mundo é esse, onde o diferente não pode existir?”, alega.

Centro de Cidadania LGBT

Com a necessidade de “desenvolver ações de combate à

homofobia e respeito à diversidade sexual” foram criados, em São Paulo, os Centros de Cidadania LGBT. Atualmente, a cidade de São Paulo possui quatro unidades destes centros.

Nos Centros, há assistentes sociais, psicólogas e advogados para apoiar os visitantes. Além disso, todos possuem unidades móveis, essas funcionam de quarta a domingo. As unidades móveis dos centros vão em regiões de grandes concentrações de LGBTs para divulgar o projeto, a fim de inseri-los no mercado profissional, realizar testes rápidos de HIV e orientações sobre o Programa Transcidadania. A Assistente Social Giselle Cardoso faz uma grave denúncia, “Uma pessoa travesti, transexual se sofrer uma violência e for a delegacia, em maioria dos casos, ela não vai ser atendida.

Nós, do Centro, acompanhamos até a delegacia para garantir que o boletim de ocorrência seja feito”, conclui.

Transcidadania

O projeto da Prefeitura de São Paulo, Transcidadania, tem a função de dar oportunidades profissionais e inserção social para travestis e transexuais em situações de vulnerabilidade social. Administrado pela Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual (CADS), o projeto oferece um auxílio mensal de R\$ 983,55, a chance de concluir o Ensino Médio, além de apoio jurídico, psicológico, profissional e formação cidadã com duração de 2 anos. O programa possui uma carga horária diária de seis horas, sendo elas distribuídas em quatro para o ensino na modalidade EJA (Educação para

Jovens e Adultos) e as outras duas para cursos profissionalizantes. “O projeto Transcidadania, da prefeitura, está sendo muito bom. Porque têm muitas que moram na rua, em albergues”, afirma Gleicy Capobiano, participante do projeto. A principal crítica ao projeto é em relação ao pouco número de vagas. Em 2015, ano de estreia do projeto, houveram 100 vagas. Já em 2016, o número dobrou.

Para o assessor de comunicação da Coordenação de Políticas para LGBT, Ricardo Bezerra, o projeto Transcidadania “É muito importante para elevação escolar, no resgate da dignidade e cidadania das pessoas trans que historicamente tiveram seu acesso aos serviços públicos cerceados”, afirma. Transempregos

O problema que travestis, transexuais e transgêneros enfrentam em arranjar trabalhos está caminhando, devagar, à uma solução. Um exemplo é a iniciativa de Márcia Rocha e dois amigos para a criação de um site voltado a vagas de empregos ao público trans: o transempregos. Desde 2014, o site obteve mais de 6.105 curtidas em sua página no Facebook e 430 currículos cadastrados em seu sistema.

Apesar de avanços conquistados lentamente, como os Centros de Cidadania LGBT, o programa Transcidadania e o site transempregos, ainda há um longo caminho para ser percorrido. Onde as pessoas, independentemente de suas escolhas, tenham espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

Pressão social é gatilho para suicídio

Os relatos de problemas familiares e as dificuldades de adaptação à sociedade



Creative Commons

Entre os anos de 2002 a 2014, a taxa de suicídios entre pessoas de 15 a 29 anos aumentou quase 10% no Brasil

GUILHERME PINHEIRO

No ano de 1774 foi lançado o livro *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, escrito pelo alemão Johann Wolfgang von Goethe. Na história, a personagem-título comete suicídio devido a um amor não correspondido. O problema, porém, se dá por um simples motivo: ao expor o tema ainda pouco discutido na sociedade europeia do século 18, Goethe desencadeou uma grande série de suicídios, segundo publicações da época.

Chamado de “Efeito Werther”, esse fenômeno gerou outra consequência. Os principais grupos da sociedade, ao saber do perigo que falar sobre esse tema poderia gerar, começaram a deixar o assunto cada vez mais de lado. Seja dentro das redações jornalísticas ou em conversas no meio público, o suicídio virou um tema quase proibido.

“É algo complicado porque esse assunto é um tabu, quase ninguém fala a respeito. Enquanto isso as pessoas estão literalmente se matando. Está cada vez mais assustador o número de pessoas que desistem da vida. Acredito que esse assunto deveria ser mais divulgado para poder ajudar as pessoas com tal pensamento”, afirma Alessandra Braz, curitibana de 40 anos que tentou cometer suicídio na adolescência e hoje

consegue ter uma vida mais equilibrada.

Alexsandra é o que chamamos de sobrevivente, isto é, uma pessoa que já passou por quadros intensos de depressão resultantes em uma ou mais tentativas de suicídio. Segundo ela, a principal motivação para tais pensamentos foi a dificuldade em se adaptar à sociedade.

Entre familiares e amigos, muitos eram os que cobravam uma série de comportamentos que para ela eram incompatíveis. “Entre 13 e 14 anos comecei a pensar nisso por achar que não conseguia me ajustar ao mundo. Eu odiava isso e mais tarde comecei a compreender que esse ódio era porque simplesmente não sentia atração por homens e isso gerou um conflito comigo mesma”, explica.

A história de Braz não é um caso isolado. Segundo apuração da BBC a partir do Mapa da Violência 2017, o número de casos em jovens tem aumentado a passos largos no Brasil. Se considerarmos o período de 2002 a 2014, a taxa de suicídios entre pessoas de 15 a 29 anos aumentou quase 10%.

Mas o que leva tantos garotos e garotas a fazer isso? Para Eliane Margarete Soares, 44, voluntária do Centro de Valorização à Vida, entidade dedicada ao atendimento de pessoas em situações de crises como essas, a maioria dos adolescentes que

entram em contato se sentem sozinhos, com dificuldades de encontrar um senso de pertencimento e medo de não serem capazes de lidar com os novos fatos da vida. “Essas sensações muitas vezes são causadas por separações amorosas, mortes na família, bullying, pressão por uma boa faculdade ou emprego, preocupação com a estética e (a necessidade) de seguir padrões de beleza inatingíveis”, esclarece.

O porquê caseiro

“Na minha opinião, existem dois tipos de morte: se tiver sorte, tem uma vida longa e um dia seu corpo para de trabalhar e acabou. Mas se você não tem sorte, você morre um pouco de novo e de novo até que perceba que é tarde demais”.

A frase acima está presente em “Tape 6, Side B”, décimo segundo episódio da primeira temporada de “13 Reasons Why”, série produzida pela Netflix e fenômeno de audiência no começo de 2017. O enredo é focado em Hannah Baker, jovem de 17 anos que comete suicídio e deixa treze fitas para pessoas que direta ou indiretamente foram responsáveis por seu ato.

Mais do que números positivos para a audiência da empresa, o seriado voltou a trazer esta pauta a sociedade. Para se ter uma ideia de seu impacto cultural, o CVV anunciou um au-

mento de 445% no número de atendimentos a partir do dia de lançamento, com muito deles citando a série. Para ter noção da importância de discutir o assunto, o suicídio é a segunda causa com o maior número de mortes, somando 7,3% dos 1,3 milhão de jovens de 15 a 29 anos que morrem anualmente, segundo levantamento da OMS.

Na maioria dos casos nesta idade, familiares e amigos nem ao menos percebem o padecimento dos entes queridos. Essa situação aconteceu com a sobrevivente Giulia Zambotto Furlan, 37.

Durante a adolescência, ela se descobriu transexual e passou por uma série de conflitos internos relacionados com essa mudança de identidade de gênero. “Minha família era muito conservadora e eu sabia que eles não aceitariam. Meu corpo começou a mudar, ficar mais masculino, isso me causou uma dor tremenda e eu não via saída para mim”, declara.

A programadora iniciou uma série de tentativas de suicídio ainda jovem. Mesmo sobrevivendo a cada uma delas, evitava contar até mesmo para os parentes mais próximos por causa do medo das reações que a revelação poderia ter. “Eles nunca souberam. Como eu sempre sobrevivi, pegava as cartas de volta e ninguém nunca me achou. Só fui contar que tentava quando fui me assumir para minha mãe”, revela.

Furlan fala que explicar tanto sua transexualidade quanto as tentativas para sua família não foi algo fácil no começo. Sua mãe, inclusive, a proibiu de visitá-la. Tudo isso, porém, passou com o tempo. Após a morte de seu pai, a progenitora voltou atrás e aceitou que ela voltasse ao lar. Para ela, essa mudança de pensamento fez toda a diferença para sua vida: “É um sossego. Chego a pensar no futuro por não ter que enfrentar uma guerra em casa”, conta.

Como ajudar?

Casos como os de Alessandra e Giulia estão ao nosso redor. Por isso, é preciso aprender a como interagir com pessoas nessas situações para deixá-las confortáveis e dispostas a buscar algum tipo de tratamento.

Para a especialista em Psicologia Clínica Carla Cornejo os primeiros passos são buscar sempre a conversa, mostrar preocupação e interesse no sofrimento do outro. Além disso, Carla acredita que “devemos acolher, não encorajar e nem menosprezar o sentimento, porque nós não sabemos o que está se passando na vida da pessoa. Para você, aquilo pode ser algo simples, mas para a outra não é”.

O que é Síndrome da Alienação Parental

Transtornos psicológicos estão entre as possíveis consequências para os filhos

MÁBILY SOUZA

**Os nomes foram trocados para preservar a identidade das fontes.*

Quando desavenças entre casais separados interferem na formação psicológica dos jovens e crianças, é um sinal de que a família enfrenta a Síndrome da Alienação Parental (SAP). Trata-se da campanha para difamar um dos pais, com gestos e atitudes ofensivas, que prejudica o relacionamento do filho com o outro genitor e ocasiona graves sequelas.

Desde 2010, a alienação parental é contemplada pela legislação brasileira. O art. 2º da Lei nº 12.318/2010 dispõe: “considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente, para repudiar genitor ou causar prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”. Se houver confirmação do caso, o acompanhamento psicológico e a inversão da guarda são as medidas tomadas, além das penalidades de multa ou advertência.

A Lei de Alienação tem sido contestada nos últimos anos, sob a alegação de que protege pais pedófilos e abusadores. Em alguns casos, quando a mãe foi à justiça expondo o abuso sexual contra a criança, o pai usou a alienação parental como defesa e a guarda foi invertida. Segundo o artigo “Alienação Parental e o Sistema de Justiça Brasileiro: uma abordagem empírica”, publicado na Revista de Estudos Empíricos em Direito, em julho de 2016, há alegação de abuso sexual em 18% dos casos levados ao tribunal. Entretanto, somente 4% foram comprovados. A pesquisa analisou casos nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

“Se um pai vem ao escritório e há indícios de que ele é alienado, entramos com uma ação. Pode ser a de divórcio, de guarda ou de visitas, para regulamentar. Também acontece de tudo isso estar acordado, mas quem detém a guarda não está cumprindo, até induz a criança a não ir com o pai ou a mãe. Nos casos mais graves, acusa abuso sexual”, relata a advogada Luciene do Amaral, pós-graduada em Direito Constitucional e Direito da Família e Sucessões.

Quando um genitor, seja a mãe ou o pai, decide procurar ajuda jurídica sobre a alienação parental, há uma série de etapas. Primeiro: coletar provas. Mensagens de texto, e-mails trocados com o outro genitor e até mesmo vídeos ou gravações



Além dos transtornos decorrentes da separação para o casal, os filhos recebem a maior carga emocional

que possam retratar a alienação. Uma vez comprovada, o juiz pode aplicar penalidades leves, médias e altas. São elas: advertência, multa, inversão de guarda e destituição do pátrio poder, o direito e dever dos pais sobre os filhos.

A advogada Luciene deixa claro que as acusações de abuso são minoria nos casos de alienação parental. Geralmente, as queixas ficam em torno do direito de visitas, difamação e impedimento da convivência familiar.

Na maioria dos casos, a criança fica no meio do fogo cruzado entre os pais que não aceitaram o rompimento. “É muito danoso, a criança ainda está em formação. Ela se sente traída, usada, às vezes até culpada”, atesta a psicóloga e psicanalista Luzia. Depressão crônica, doenças psicossomáticas, ansiedade, transtornos de identidade, baixa autoestima, isolamento, uso abusivo de drogas e até suicídio são as possíveis consequências para os filhos e os guardiões.

“Birras sem motivos, trancar-se em algum lugar para não sair com um dos pais, desinteresse na vida escolar e descaso com autoridades são os sinais mais im-

portantes”, destaca o psicólogo e especialista Geovan Farias.

Não basta ser pai?

O perfil do pai que enfrenta a alienação é um só: cansados, depressivos, estressados, pessimistas e temerosos. São aqueles que já vêm de uma luta desgastante. Muitas vezes, desistem e abandonam a causa. E quem persiste soma-se à descrição acima, como o professor de matemática da rede pública de ensino Sidinei Mascarenhas, 43.

O filho JP, apelido de João Pedro, 9, cresceu num lar onde a jornada de trabalho dos pais era puxada. Ele conta que foi quem sempre passou mais tempo com JP. “Eu o vi dar os primeiros passos, falar as primeiras palavras, andávamos de bicicleta, carrinho de rolimã, pescávamos, eu vivia para ele! Esta foi a minha rotina até 2015”, relembra.

Esse foi o ano da separação, ocorrida em julho. Inicialmente amigável, o casal decidiu até contratar o mesmo advogado e fazer um divórcio consensual. Sidinei teria livre acesso ao filho. Era esse o acordo até novembro, quando ele encontrou uma cópia do processo de divórcio e

descobriu que a ex-mulher criou termos diferentes. Um deles era a decisão de que ele só veria JP a cada 15 dias. O pai insistiu que mudasse. Ela não aceitou.

JP, no meio do fogo cruzado, faz aniversário no dia 19 de janeiro. Em 2016, o pai não pôde vê-lo na data. “A situação só piorou. A mãe dele oscilava no humor, não atendia meus telefonemas, chegou a me bloquear diversas vezes”, descreve. O ano tem 12 meses. Desses, Sidinei conviveu com o filho em apenas 5, com dias contados. As petições de Sidinei para ver João não foram atendidas e a advogada acrescentou alienação parental no processo de divórcio, que ainda não saiu.

O pequeno João passou na psicóloga no último ano, mas a mãe parou de levá-lo. “O comportamento na escola mudou, começou a brigar com alunos e falar palavrões, coisas que não aconteciam. Não era mais o meu João Pedro”, confessa o pai, que tem lutado contra a depressão desde que foi afastado do filho.

Outro lado

Em 72% dos casos, as guardas ficam com as mães, corroborando a teoria de que o alie-

nador é quem detém a custódia. Consequentemente, o gênero feminino lidera os índices.

Sandra* vive em Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, e é mãe de um casal. O primogênito Lucas*, 9, mora com o pai. Há 7 anos, ela encara a alienação parental. O juiz estipulou os finais de semana alternados, dando o direito à mãe de buscar o filho às sextas e trazê-lo aos domingos.

Na prática, a história é outra. “Às vezes fico um mês sem vê-lo, pois sempre tem algo pra fazer e o pai diz que ele tem que cumprir a rotina dele, pois é o responsável legal. Eles o ensinaram a chamar a madrastra de mãe e o pai faz com que ele entenda e passe para os outros que a mãe dele é a madrastra e eu sou a outra mãe”, revela.

Sandra nunca foi à justiça com o caso, para não prejudicar a saúde física e mental do filho: “Pelo bem dele deixei algumas coisas de lado”, declara.

Pai e mãe, Sidinei e Sandra, exceção à regra, lidam com a precariedade do poder judiciário e o individualismo do outro guardião. Partes do perfil pessimista, cansado e temeroso, não irão desistir.

Cresce abandono de cães e gatos

Falta de castração é uma das principais causas da superpopulação. Animais ficam expostos aos perigos das ruas

RENATA MENDES

Não é difícil andar por aí e ver animais em situação de descuido. Os motivos de abandono vão desde envelhecimento ou a necessidade de fazer uma viagem e não ter onde deixá-lo.

No primeiro semestre de 2016, a Polícia Civil de São Paulo registrou 628 casos de maus tratos. Violentar e abandonar são ações configuradas como crime e, segundo a Lei Federal 9.605/98 dos Crimes Ambientais, prevê pena de três meses a um ano, além de multa.

Algumas pessoas tentam inibir o sofrimento daqueles que não podem se defender sozinhos. “Comecei pegando gatos das ruas ainda pequeno”, relata Vicente, vice-presidente da ONG Cão Sem Dono. Os animais resgatados são levados a um sítio, em Itapetecica da Serra, onde recebem tratamento médico, alimentação e moradia.

Graças ao carinho que muitos têm por animais, parte deles conseguem se recuperar. “Há uma cachorrinha que ficou um ano e meio internada. Ela teve lesão na coluna e conseguimos reverter seu quadro. Hoje ela é feliz e vive em um bom lar”, comenta Vicente.

Muitos indivíduos optam por adotar em vez de comprar um bichinho. A auxiliar administrativa Tabata Bolentini, 24, adotou um cachorro que vivia nas ruas de Arujá. “Conheci-o através da clínica onde uma amiga trabalha. Me encantei ao vê-lo e saber de sua história”, narra a moça.

Antes de ser resgatado por um canil, o animal doméstico foi atropelado por um caminhão, fraturou a bacia e passou por tratamento durante um ano e meio. Hoje, “Black” convive com os outros dois cachorros da jovem, Billie e Bia. “Fazem parte da minha família”, afirma.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2013 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revela que cerca de 22 milhões de gatos estão presentes nos lares brasileiros. Quanto aos cachorros, são 52,2 milhões, ou seja, 1,8 por residência.

O casal Fabíola da Silva, dona de casa, 42, e Silvio Henrique, técnico em sistema de saneamento, 45, fazem parte desse quadro. Já chegaram a ter 16 cães dentro de casa e, atualmente, convivem com 10. Os animais foram deixados próximos à moradia dos dois e eles os resgataram. “Parece que eles



Banco de imagens Pixabay

Dos cerca de 30 milhões de animais que vivem nas ruas, 20 milhões são cachorros e 10 milhões são gatos, segundo a OMS

batem na nossa porta pedindo ajuda”, enfatiza Fabíola.

A euforia dos animais é perceptível logo quando se entra no lar. Assim que você coloca os pés na casa, surgem cães com uma recepção calorosa. O tempo inteiro um deles, “Negrito” está com um brinquedo na boca, chamando-o para brincar. “O amor do cachorro é incondicional”, finaliza Silvio.

Superpopulação

A OMS (Organização Mundial da Saúde) em 2014 estimou que havia 30 milhões de animais abandonados no Brasil, sendo 20 milhões de cães e 10 milhões de gatos. Essa superpopulação pode trazer problemas para a sociedade, como a proliferação de zoonoses (doenças transmitidas aos seres humanos pelos animais) e riscos aos bichos.

O grande causador na quantidade de animais nas ruas é falta de controle da natalidade. “A reprodução descontrolada é um grande transtorno. A castração seria a melhor alternativa para isso”, declara Marco Ciampi, presidente da ONG Arca Brasil.

Os SRD (Sem Raça Definida) não são os únicos que sofrem com o descuido de donos. Sem informação, proprietários de animais também largam os de raça. “Às vezes, a pessoa compra um cachorro por estar na moda, mas não tem conhecimento em como lidar com ele”, aponta Iara Perez, da Clínica Veterinária São João, em Guarulhos.

Crime

Em 2011, o Ministério Público do Estado de SP criou o GECAP (Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo), responsável por investigar infrações ambientais. O setor recebe denúncias em relação a crimes de maus tratos a animais.

Se for primário e tiver bons antecedentes, o autor do crime de maus tratos terá direito a um benefício chamado transação penal, ou seja, uma pena que não priva a liberdade, mas deve-se fazer um reparo ao dano ambiental. “Por exemplo, se uma ONG recolhe o cachorro que você abandonou e gastou 300 reais, você deve depositar

“vídeos, fotos, testemunhas e todos os indícios precisam ser levados ao conhecimento”

Eloisa Balizardo, promotora

o mesmo valor na conta da organização”, afirma a Promotora Eloisa Balizardo, do GECAP. Se o infrator não cumprir a proposta, poderá ser condenado à prestação de serviço à comunidade em entidade de cunho ambiental e multa.

As provas são peças chave para solucionar o delito. “A perícia é muito importante, mas vídeos, fotos, testemunhas e todos os indícios precisam ser levados ao conhecimento”, diz Eloisa. Após comprovado o crime, é providenciado um abrigo provisório ao animal e o infrator pode perder a guarda do bicho.

DIAGRAMAÇÃO: BRENDA DINIZ E ISABELLE DOS SANTOS

ONDE DENUNCIAR:

Polícia Militar (190)

Polícia Ambiental (0800-132060)

GECAP—Ministério Público (gecap@mmpsp.mp.br)

DEPA — Delegacia Eletrônica de Proteção Animal

(<http://www.ssp.sp.gov.br/depa>)

Delegacia Especializada—Divisão de Investigações sobre Infrações de Maus-tratos a Animais

(Av. São João, 1247-7º andar—São Paulo—SP, Centro, das 9 às 19h. Tel.: (11) 3224-8208 (11) 3224-8480 e (11) 3331-8969).

Número de idosos cresce no Brasil

Casas de repouso e cuidados em domicílio são opções para melhorar qualidade de vida

THAYNÁ AGNELLI

A intolerância e o abandono de idosos são situações recorrentes no cotidiano. Em 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou-se preocupada em relação a esse grupo populacional, após resultado de estudo que apontou que 60% da população mundial acham que os cidadãos acima de 60 anos são desrespeitados.

No Brasil, há mais de 206 milhões de habitantes. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), uma análise das condições de vida do brasileiro, feita anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, do total da nação cerca de 29 milhões (14,3%) de pessoas eram da terceira idade, ou seja, indivíduos com 60 anos ou mais. Isto significa um aumento de 4,5% em 10 anos, crescimento superior à média global.

Na Constituição Federal, há artigos destinados aos idosos, mas, é Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003), que defende, exclusivamente, os direitos destes cidadãos. Porém, mesmo com essas políticas públicas, tal grupo enfrenta dificuldades perante a sociedade. Conforme Mariana Pavck, investigadora da 1ª Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso (DEPI) de São Paulo, “As denúncias de maus tratos contra idosos são as maiores incidências criminais”.

Casas de Repouso/Asilos

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil, há 3.548 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), ou seja, casas de repouso, públicas e privadas.

Somente em São Paulo encontram-se 1.543 asilos, onde vivem mais de 40 mil idosos segundo o levantamento de 2016 do Ministério Público do Estado. Esses lugares abrigam e auxiliam quem não pode ficar só.

Dona Josefa Francisca da Silva, de 94 anos, reside no Lar Frederico Ozanam, em Ribeirão Pires, ABC de São Paulo, há um ano e cinco meses. “Eu morava sozinha, ficava dependendo dos outros e eu não gosto disso. Então, vim para cá porque não estou só, estou no meio de gente 24 horas”, declara.

Com organização diferente quando comparada às ILPIs públicas, a Casa Rosa Dourada, em Ribeirão Pires, também



“Já li a história de outros três santos e o último foi a de Dom Bosco”, destaca Isabel

acolhe cidadãos de idade. Para Simone Santos, proprietária do recinto, trabalhar nessa área é motivo de orgulho. “Isso me faz muito bem. É um amor que não tem explicação”, realça.

Cuidados a domicílio

Há indivíduos que optam por cuidar ou contratar um profissional para auxiliar seu familiar ao invés de colocá-los em um abrigo.

Karine Santos é estudante de enfermagem e cuidadora há dois anos. Segundo ela, “organização, simpatia, sensibilidade, delicadeza, respeito e muita responsabilidade” são atitudes essenciais para um bom trabalho.

Para Elita Angélica, também especialista da área, “exercícios físicos, interação social e boa alimentação” são alternativas que ajudam a vida dos mesmos.

Ambas são contra a escolha de pôr um indivíduo em um asilo.

Claudete Maria Braga optou por cuidar de sua mãe. Ela assumiu tal tarefa em 2007, quando dona Olívia Braga, hoje com 89 anos, estava com depressão. A moça admite que todos os dias,

ao tomar banho, chora pela situação que enfrenta, pois nunca imaginou passar por isso. Porém, ao sair do banheiro está renovada.

Dona Olívia teve quatro filhos, mas, somente Claudete a ampara. “Eu dou graças a Deus. Se não fosse ela quem iria cuidar de mim?”, enfatiza.

ONGs

Muitas Organizações Não Governamentais (ONG), sem fins lucrativos, oferecem atividades que proporcionam novos aprendizados e impulsionam a inclusão dos idosos na sociedade.

A Associação Brasileira de Apoio à Terceira Idade (ABRATI), situada na Vila Ré, Zona Leste de São Paulo, promove tais ações. Fundada em 2008, por Álvaro Eugênio Barbosa, a ONG foi o primeiro local do país que disponibilizou cursos de informática e inglês com o foco no público de idade.

Para Álvaro, através das atividades, é perceptível ver a melhora e a incorporação dos participantes no ambiente social. “Eles sentem mais inclusos e familiarizados perante as novas tecno-

logias, isso faz com que, logo de imediato, quebrem a “barreira do medo”. O medo é um dos obstáculos que mais atrapalha suas vidas”, relata.

Neida Maria Zigiotta é aluna da associação. A necessidade de atualizar-se foi o motivo que a levou até a ONG. Para ela, a melhor coisa do lugar é “a paciência dos professores com os alunos”.

O Centro de Referência do Idoso (CRI), localizado, desde 1999, em Ribeirão Pires também ampara cidadãos mais velhos. O espaço atende 793 pessoas (a partir dos 50 anos). Aparecida Vieira é uma delas. “Eu venho para as aulas de ginástica para melhorar a minha coluna, meu físico”, fala.

Conforme Janaína Aparecida Moura, assistente social, o CRI se mantém através de uma verba disponibilizada pelo Estado e Município e por eventos feitos no recinto. “Recebemos um pouco mais de 20 mil reais. Esse dinheiro é para pagar funcionários, contas fixas e materiais didáticos. Para conseguir recursos próprios fazemos bailes, festas, bingos e brechós”, revela.

Idosos Independentes

Diferentemente dos idosos que vivem em asilos ou dependem de amparo há pessoas de idade que são independentes,

ou seja, vivem sozinhos e não necessitam de auxílio 24 horas.

Isabel de Sousa Feitosa é um exemplo. A senhora diz não gostar de sair, prefere ficar em casa. Contudo, passa o tempo fazendo bolos, tricô, costurando e lendo.

“Idoso não pode ficar dentro de casa, precisa sair, conhecer gente”,

Luzia Adelina Delfino

Apesar de morar há 28 anos na cidade, Feitosa afirma: “Se eu pudesse morava em sítio. Eu gosto de mexer na terra e cuidar de animais”.

Luzia Adelina Caires Delfino e José Carlos Delfino também são ativos. Ambos frequentam o “Grupo da Melhor Idade” de Vargem Grande Paulista. No local, enquanto Dona Luzia faz as atividades (vôlei e ginástica), seu José joga cartas.

Passear é outra distração para eles. “Idoso não pode ficar dentro de casa, precisa sair, conhecer gente”, aponta Luzia.

Em relação à experiência de vida, Seu José indica que é imprescindível distribuir aos jovens os conhecimentos que os mais velhos possuem. “Hoje, os adolescentes são formados por tecnologias. É preciso repassar para eles ensinamentos que nós, idosos, conquistamos no decorrer da vida”, ressalta.

Família quer expandir projeto para ajudar crianças cadeirantes

Pais criaram cadeira de rodas para ajudar a filha e descobriram que muitas outras crianças também podem ser beneficiadas

CAMILA CORSINI

A fisioterapeuta Fernanda Teixeira e o ex-militar Mário Alvitti viram suas vidas virar do avesso em agosto de 2014. Aos oito meses Ana Paula, hoje com três anos e dez meses, perdeu totalmente o movimento das pernas. “Ela teve um sangramento na região externa da medula e no momento que eu fui tirar ela do berço, ela não tinha mais o controle do corpo, do tronco, não conseguia ficar sentada e não mexia mais as perninhas”, conta a mãe.

Depois de muitas pesquisas em busca de dar mais conforto para a filha, ainda muito pequena para usar a cadeira de rodas, o casal resolveu criar uma cadeirinha exclusiva para Ana Paula. O processo da ideia até a fabricação da primeira FlyChildren durou um ano.

“Quando a gente viu que isso ia agregar muito na vida da Aninha, nós pensamos em produzir para doar. Mas percebemos que o interesse era grande, nós precisaríamos vender também. A partir do momento que a gente vende uma quantidade, a gente consegue doar outra para crianças que não têm condições”, fala Fernanda.

O casal investiu o dinheiro que tinha e contou com a ajuda de amigos para alcançar a marca de R\$ 70 mil. Uma das pessoas que se solidarizou com o projeto foi Patrícia Zanelato, amiga da Fernanda. “Vejo o empenho deles para o crescimento desta ideia desde o começo. Eles oferecem para as famílias a possibilidade de proporcionar aos filhos uma infância feliz independente das suas limitações. Hoje meu papel é divulgar nas redes sociais e torcer muito.”, se orgulha Patrícia.

A fisioterapeuta da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) Sabrina Bauleo acompanha Ana Paula desde a descoberta da paralisia e conta que a FlyChildren ajudou no tratamento dela. A criança pequena quando começa a aprender a se deslocar, também começa a explorar os ambientes e isso é importante para o desenvolvimento da parte cognitiva dela. “, explica Sabrina.

“A criança que fica restrita e não consegue se locomover de alguma forma perde muito isso. A cadeirinha possibilita à criança



Ana Paula hoje leva uma vida com a de qualquer outra criança com a cadeira criada pelo pai

ficar mais perto do chão e ter uma certa autonomia, conseguir pegar brinquedos do chão, se locomover sozinha.”, completa.

A mãe de Ana consegue ver ainda mais benefícios na cadeirinha. A tranquilidade de poder brincar com minha filha de frente para ela, não com ela sentada no colo... Isso é um diferencial que só a gente passando para saber. Antes o tempo todo ela estava no meu colo, não olhava no meu olho para brincar”, se emociona Fernanda.

Outras crianças que usam a FlyChildren

A confeitadeira Anisabel Chaves viu a vida do filho Pedro, de dois anos, mudar após usar a cadeirinha. O Pedro nasceu com uma má formação na coluna chamada mielomeningocele e com uma cifose, que cortou a possibilidade dele andar. Além da paraplegia, ele tem hidrocefalia e os pés tortos congênitos, em decorrência da má formação, conta Anisabel.

“A cadeirinha possibilita que ele possa explorar os ambientes,

o controle do tronco ficou bem melhor, ajuda a brincar com os amigos com mais agilidade na escola... Antes ele machucava muito os cotovelos no arrastar. O ir e vir se tornou muito mais rápido para ele”, comemora a confeitadeira.

A mãe de Leandro Davi, Fernanda Lopes, se emocionou ao ver o filho de um ano e dez meses andar com a cadeira pela primeira vez. “O Leandro ganhou a cadeira do avô e do tio. Quando ele sentou na cadeira, eu até chorei porque ele bateu a rodinha certinho, eu nem sabia que o meu filho sabia fazer isso”, lembra a dona de casa. “Ele ficou mais curioso. Agora ele consegue mexer nas coisas mais baixas, na estante, pegar bolinha no chão. Até para a igreja vai com a cadeirinha”, finaliza.

O futuro da FlyChildren

Com cerca de 20 cadeiras doadas e 25 vendidas, agora o casal Fernanda Teixeira e Mário Alvitti busca patrocínio. A gente precisa de alguém que consiga alavancar esse projeto

no sentido de nós conseguirmos produzir o maior número possível de cadeiras baixando o preço de custo dela. Dessa forma vamos conseguir diminuir o valor, mais pessoas terão ac-

so a ela e também conseguimos manter as doações. “, explica o casal. Hoje a cadeira custa R\$ 1.700 e pode ser adquirida no site da marca.

DIAGRAMAÇÃO: SABRINA SILVESTRE



Leandro Davi na cadeirinha que ganhou do avô e do tio

Divulgação: FlyChildren

Camila Corsini

Cyberbullying afeta adolescentes

Pesquisa mostra que 21% dos jovens entre 13 e 16 anos já sofreram ataques

JÚLIA MEDEIROS

O bullying é conhecido pelas pessoas, entretanto, com o pretenso anonimato das redes sociais, surgiu o cyberbullying, que é a prática de agressões verbais e emocionais, além da perseguição pelo meio online. O bullying virtual se tornou uma atividade habitual entre aqueles que já praticavam o ato pessoalmente, contudo ele se popularizou por não ser mais direto e, assim, impossibilita a identificação do agressor.

A estudante Hanna Cristina, 17, sofreu cyberbullying aos 12 anos, pois tinha problemas nas costas e, como consequência, ficava em uma posição arcada. “Ficavam enchendo meu saco porque eu tinha problemas nas costas e eu ficava curvada, então me chamavam de corcunda e sempre riam de mim por minha orelha ser grande”, relata.

O aluno Guilherme Nunes, 22, começou a fazer bullying online no ensino fundamental ao criar um blog para espalhar boatos dos estudantes. “No ensino médio, criei uma página no Facebook para falar mal de quem eu não gostava e fazer montagem de alunos e professores”, declara. Para Nunes essa é uma forma de escape para se expressar sobre o que pensa das pessoas, e complementa “a sensação é boa porque podemos dizer o que queremos através do anonimato, sem trazer uma imagem negativa para si”.

O bullying e o cyberbullying geram invasão de privacidade e assédio, caso que aconteceu com Hanna. “Teve uma época em que eu deixei meu celular na bolsa, os garotos mexeram nele e viram uma foto que apareciam minhas pernas. Eles me assediavam depois disso, passavam perto de mim e pegavam na minha bunda ou tentavam me agarrar”, diz.

Causas

Não existe um motivo específico para o cyberbullying. De acordo com a psicóloga Karen Magri, 29, bullying virtual é diferente de preconceito, pois quando uma pessoa é preconceituosa ela combate no outro o que não suporta em si mesmo. Já no cyberbullying não é necessário haver o preconceito e o principal estimulante é a questão social do mais popular versus o menos popular, ou aquele com mais poder e o com menos poder. Por consequência, o ódio acaba sendo ampliado no mundo online graças ao anonimato.

“O agressor pode depositar suas agressões mais bárbaras,

mais regressivas, com alguma garantia de que não será descoberto. Envolve, portanto, alguma covardia do agressor, pois agora ele pode se manifestar, sem permitir que a vítima “revide”, afirma Karen.

Em uma pesquisa do Laboratório de Estudo realizada pela psicóloga e com financiamento da Secretaria de Direitos Humanos, ela chegou à conclusão de que existem fatores que levam uma pessoa a praticar o cyberbullying, por exemplo a educação recebida pelos pais pode influenciar na formação de uma pessoa autoritária e intolerante com as diferenças.

“Eu afirmaria que o maior fator é a sociedade em que vivemos. Esta sociedade, capitalista, de classes, desigual em sua base, perpetua ideias de que há humanos melhores que outros humanos. Esta sociedade passa valores de que o importante é ter e não ser”, fala a psicóloga.

Do virtual ao mundo real

Em casos, quando se conhece a vítima de cyberbullying, os agressores podem começar a deixar o meio virtual e ir para a realidade física. Como é o caso de João (nome fictício), 19, após comentar a foto de um amigo com uma brincadeira sobre o tênis do colega, ele acabou se tornando alvo de comentários ofensivos dos outros amigos do dono desse par de sapatos. “Percebe-se a situação em que eu fui exposto, não acho que eles estavam protegendo ou defendendo o nosso amigo em comum; com certeza, possuíam algo contra mim, ou a necessidade de me constrangerem”, comenta.

A Intel Security realizou, no Brasil, uma pesquisa com 507 crianças e adolescentes entre 8 e 16 anos sobre o cyberbullying. Ao concluírem a investigação, constataram que 66% das pessoas já presenciaram uma prática de bullying virtual nas redes sociais, 21% já sofreu cyberbullying e esses indivíduos possuem entre 13 e 16 anos. Com as pessoas entrevistadas, 24% delas tiveram suas atividades na internet consideradas cyberbullying.

Após os ataques, ele tentou se defender por meio de comentários na postagem. Uma das pessoas que fez o ataque frequentava a mesma escola que ele na época e criou sua própria versão do fato. Já João explicava os acontecimentos reais para aqueles que lhe questionavam sobre o ocorrido.

Tempos depois o agressor e o irmão do bully começaram a circular uma foto de João pelo



Em pesquisa realizada pela Intel, 24% das atividades são consideradas cyberbullying

WhatsApp. Após isso, perseguiram-no pessoalmente. Certo dia, quando João voltava com as amigas, os ofensores chamavam-no por nomes agressivos. No início, ele não se importou, mas eles sempre voltavam com suas motos. João foi até os seguranças para pedir ajuda e eles se recusaram porque para os funcionários, não poderiam se envolver em “briga de crianças”.

“Como não havia nada a fazer, ignoramos o ocorrido e voltamos andando para a casa, até que todos os que estavam no grupo largaram suas motos e nos perseguiram gritando, assobiando e nos xingando até a rotatória, próximo ao local, um garoto se aproximou de mim e começou a pedir satisfações sobre o ocorrido no Instagram”.

Ignorar as agressões não adiantava, uma vez que mesmo assim continuavam perseguindo João. “Eu não reagi, ignorei e continuei a andar, eram muitos garotos, uns oito ou nove, não havia condições de tentar conversar com eles, apenas me discriminavam e gritavam”, explica ele.

Doxxing é quando seus dados são “pegos” por uma pessoa desconhecida e são divulgados. De acordo com Nunes, existem fóruns anônimos que são profissionais nessa prática. “No Brasil não existe controle sobre a internet. Então cada um faz o que quiser por ser uma terra de ninguém. Muitas vezes

as pessoas são pagas para fazer o doxxing”, explica Nunes.

Consequências

O modo como as vítimas lidam com o cyberbullying varia de acordo com a personalidade. Pode ser desde isolamento social até suicídio. Magri comenta que as vítimas têm como característica comum a baixa autoestima. “A vítima de bullying inicialmente se questiona por que foi escolhida. Observa-se em alguns casos que, de alguma maneira, a vítima internaliza as agressões recebidas, concorda com o agressor em algum momento que merecia ser agredido. Não raro, a vítima se rebaixa ao nível do agressor e, se possível, desconta seu sofrimento, tornando-se agressor e realizando o bullying com outra pessoa”, afirma a psicóloga.

Prevenção

Um fator comum nas vítimas de cyberbullying é o medo de pedir ajuda e relatar o ocorrido para familiares, amigos, professores ou uma figura de autoridade. A psicóloga diz que, nos casos das instituições de ensino, os professores devem ser atentos ao que acontece na sala de aula, e caso perceba que algo de errado acontece com o aluno deve passar a informação para a coordenação pedagógica para que possam pensar em uma in-

tervenção, seja conversa com os alunos ou os pais, palestras sobre o bullying.

“Nos casos em que não são apresentadas as melhoras esperadas ou em casos extremos, a direção pode encaminhar o caso e fazer uma denúncia formal. Houve um caso, por exemplo, em que no exato momento em que a direção visualizou um post que configurava cyberbullying, fez um boletim de ocorrência contra o agressor”, reporta Karen.

De acordo com ela nos casos informais o professor deve intervir no momento em que ver um caso de agressão e, se não o fizer, é como se posicionasse como cúmplice do agressor. “O professor, como outras figuras de autoridade, muitas vezes, têm a possibilidade de barrar a violência, mas age como se não fosse sua responsabilidade”, esclarece a psicóloga.

É importante lembrar que o cyberbullying, assim como o bullying, são crimes de acordo com o código penal (Decreto-Lei 2.848-40) logo, podem, sim, ser levados à Justiça. Para que isso ocorra é necessário imprimir provas do momento em que sofreu cyberbullying, como comentários ofensivos, ameaças etc. Então devem ser levados para a delegacia da polícia civil e prestar uma queixa. Após feito isso, eles vão investigar e descobrir os responsáveis.

DIAGRAMAÇÃO: CAIO CORDEIRO E DIEGO BARCELOS

Youtubers são inspiração para jovens

Moda, beleza e comportamento atraem público feminino entre 12 e 25 anos



Os comportamentos disseminados nas redes sociais ultrapassam as telas dos computadores e smartphones para a vida real

GABRIELLA PIRES

Hoje, mais de 57% dos brasileiros tem acesso à internet. Isso equivale a mais de 100 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE. Elas a utilizam para diversos fins, desde para procurar uma receita para fazer em casa até para fazer novas amizades. Hoje, em apenas uma rede social você tem acesso a quase tudo, como jogos, bate-papo, fotos e vídeos. E não apenas, mas principalmente, o público feminino de 12 a 25 anos, utilizam esse meio também para acompanhar dicas de beleza, moda e comportamento, além de acompanhar o lifestyle diariamente e compartilhar a sua vida.

O uso das redes tem ultrapassado o computador ou smartphone para a vida real. É cada vez mais comum que as pessoas utilizem essa ferramenta para facilitar suas escolhas, informando-se com opiniões de outros usuários para decidir se algo é bom ou ruim e, também, para definir sua personalidade. Todo mundo pode compartilhar a sua opinião, mas nem todos podem levar em consideração o que você diz. Há os que possuem mais credibilidade e normalmente possuem milhões de seguidores, que querem saber o que fazem e suas opiniões sobre tudo. Os

mesmos são chamados de influenciadores digitais.

Influenciador digital

O influenciador digital é um usuário com muitos seguidores acompanhando a sua vida, que não só levam em consideração a sua opinião, como se abastecem da mesma para formar a sua. “O trabalho do influenciador é compartilhar com o público a sua opinião sincera. Eu, normalmente, falo sobre a eficiência de produtos de beleza, domésticos e também moda”, expõe a blogueira Paloma Januario. Há influenciadores para todos os gostos e estilos, no caso da influenciadora Giulia Borelli, as meninas são as que mais a acompanham. “Percebi que me tornei uma influenciadora no momento que virei referência para outras pessoas, meninas principalmente, em quesitos de beleza, saúde, moda e tudo mais”, conta. “Já aconteceu uma vez de eu divulgar umas peças no meu perfil do Instagram e uma semana depois uma menina foi na loja e pediu todas as mesmas peças que eu estava usando. Sempre acontece também de eu divulgar lugares legais para ir e as pessoas depois me procuram para contar o que acharam”, acrescenta a youtuber.

Comprar as mesmas roupas

da pessoa que acompanha pela internet é só uma das diversas coisas que os chamados ‘seguidores’ fazem para se parecer ou até se sentir como o influenciador que está do outro lado do seu smartphone. “Eu me identifico muito com uma influencer e boa parte da minha aparência foi inspirada nela, o seu estilo me chamou atenção”, esclarece a futura esteticista Kathleen Tomaz. Já a estudante de 14 anos, Bruna Toninatto, conta que já fez bem mais que comprar uma maquiagem, por exemplo. “Eu comecei a fazer academia por causa de uma Youtuber, eu queria ter um corpo igual ao dela”.

É algo diferente, mas não é muito bem aceito pelos que não fazem parte disso ou não aceitam que alguém o induziu a comprar algo, por exemplo. Até mesmo os próprios influenciadores às vezes não acreditam no que vivem. “Sendo uma influenciadora digital, eu às vezes me sinto um pouco estranha, ainda fico tipo, gente, sou só eu, parem com isso (risos). Mas é muito gratificante”, esclarece Giulia, que, aos 18 anos, já possui mais de 64 mil seguidores no Instagram. Porém não é só um mar de rosas como alguns pensam e hoje muitos vivem desta profissão. “Ao contrário do que muitos pensam, ser um digital influencer não é simplesmente postar uma foto no Instagram,

vai muito além disso e requer esforço, assim como qualquer outra profissão”, garante a blogueira e youtuber Morgana Santana.

Muitos não entendem o motivo dessas pessoas terem tantos seguidores e observadores que acompanham suas vidas mesmo sem os conhecer fora da rede social. Morgana que já tem seus mais de 500 mil inscritos no youtube, revela que também acompanha outros influenciadores e é pura identificação. “A gente compartilha nosso cotidiano, dicas e informações com nosso público e quando a pessoa se identifica comigo e com o conteúdo que posto, ela acompanha. Eu sigo vários influenciadores simplesmente porque gosto de como ele trata e age nas redes sociais”, afirma. Mas na realidade, são diversos motivos e nem sempre é só identificação, até porque não são todos que vivem o mesmo apresentado. “Normalmente eles compartilham o lado bom da vida deles, coisas que não acontecem no nosso dia a dia, como viagens e etc. É legal ver outras realidades sem sair de casa”, opina a estudante de pedagogia, Beatriz Mota.

Entre as redes sociais que mais influenciam estão o Instagram e o youtube. Embora as outras também tenham voz, é

principalmente através de instastories, fotos no feed e vídeos de compras, viagens e vlogs, que os seguidores acompanham a vida dos influenciadores e conseguem encontrar a sua inspiração. “As redes que eu mais utilizo para procurar conteúdo de beleza, moda e comportamento são snapchat, Instagram, twitter, Facebook e youtube”, explica a estudante Evelyn Juliana. A estudante, Jennifer Vilela, fala um pouco sobre sua experiência com as redes sociais. “Eu acompanho um casal de youtubers que viaja bastante, então eu vejo fotos e vídeos da viagem em tempo real no Insta e olho também as dicas, dos lugares que eles vão, no Insta e no canal do youtube”.

O número de influenciadores digitais tende a aumentar com o passar dos anos e com o crescimento das redes sociais. O resultado disso será mais influenciados, titulados como seguidores, com idades, gêneros e perfis diferentes e isso faz com que a internet esteja cada vez mais presente na vida offline, facilitando algumas coisas. Porém, sem uma moderação, essa facilidade pode fazer com que as pessoas percam cada vez mais a capacidade de interação com o mundo real.

Mulheres ocupam as arquibancadas

Torcedoras de organizadas lutam contra o machismo e pelo direito de torcer

LAÍS DE OLIVEIRA

Em um ambiente dominado pelos homens, elas estão em busca de apenas um objetivo, o direito de torcer e acompanhar o time do coração. Na maioria das organizadas, as mulheres não são bem-vindas em cargos de diretoria, não podem tocar instrumentos ou carregar bandeiras, sem contar que são impedidas de frequentar alguns jogos. “Eles decidem se é perigoso ou não, porque, na cabeça deles, a mulher não tem condições de decidir por ela”, conta Penélope Toledo, jornalista e uma das organizadoras do Movimento Mulheres de Arquibancada.

Ela cresceu em um ambiente no qual todos gostavam muito de futebol, mas, em uma família São Paulina, descobriu-se apaixonada pelo Corinthians aos 4 anos.

Ela é de Campinas, mas mora no Rio há muitos anos e não deixa de acompanhar o Timão. Esteve envolvida com a Fiel do Rio e não perdeu nenhum jogo do time no Estado. Recentemente associou-se a Gaviões da Fiel. Segundo ela, a demora para se oficializar

foi exatamente por não concordar com o ambiente machista.

O machismo, muitas vezes, vem desde cedo e em casa. Os filhos homens são incentivados ao futebol desde pequenos, enquanto as meninas vão descobrir isso de maneira tardia e, muitas vezes, sozinhas. Além disso, os episódios de assédio e desrespeito são recorrentes. “Eu subi no alambrado e o cara gritou: Tira essa raba gostosa da minha frente”, relata a consultora de vendas Natália Moreira, 27 anos. Ela ficou muito nervosa e armou uma confusão, mas, no final, o agressor veio lhe pedir desculpas. Mãe de um casal, ela mora em Campinas há mais de 24 anos e teve acesso ao futebol por meio de um namorado, em 2009. Foi amor desde o primeiro jogo no estádio Brinco de Ouro da Princesa. Apesar do preconceito da família corinthiana, conseguiu mudar a imagem da organizada em casa, quando entrou para a Torcida Fúria Independente do Guarani.

Algumas torcidas incentivam a presença das torcedoras no estádio, como é o caso da Raça Rubro Negra, torcida na qual pertence Cristiane, conhecida como



Monique Torquetti

O Primeiro Encontro Nacional de Mulheres de Arquibancada reuniu torcedoras de 11 estados

Kiti Abreu, 30 anos, torcedora do Flamengo desde berço por causa da família.

O Movimento Mulheres de Arquibancada surgiu em um grupo do WhatsApp. A ideia era reunir mulheres para discutirem as questões que envolviam a presença feminina na

arquibancada e possíveis ações para melhorar a convivência nesse espaço. As ações no início eram compartilhamento de notícias de dentro e fora do futebol. Hoje, elas planejam faixas nos estádios, formulário e entrevistas virtuais nas portas dos jogos. Com esses

depoimentos buscam solicitar a polícia especializada em mulheres nos estádios e ações para melhoria de infraestrutura.

O Primeiro Encontro Nacional de Mulheres de Arquibancada aconteceu em 2017, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, e reuniu 350 torcedoras. Segundo as organizadoras, não foi difícil reunir as mulheres, mas o tamanho surpreendeu e a ideia é que ocorram encontros estaduais e locais e pelo menos um nacional ao ano.

Com tantas torcedoras de clubes e organizadas diferentes, ficou uma tensão sobre possíveis confrontos entre rivais. “A rivalidade ficou tão de lado que as meninas, no geral, fizeram vaquinha para duas, três que eram rivais viajarem para estar presente no encontro”, conta Kiti.

Elas evitam as conversas sobre os clubes e buscam agregar com as histórias e depoimentos de lutas de cada uma, para, com isso, levar o movimento adiante e conquistar o mesmo espaço e respeito para todas. “A gente entende assim: dentro do campo é rival, fora é parceiro de luta.”, afirma Penélope.

DIAGRAMAÇÃO: LAÍS DE OLIVEIRA

VESTIBULAR 2018

**INSCRIÇÕES
ABERTAS**

Publicidade e Propaganda

Fotografia

Relações Públicas

Audiovisual Multimídia

Rádio, TV e Internet

Jornalismo Filosofia

VESTIBULAR.FAPCOM.EDU.BR

Rua Major Maragliano, 191 | Vila Mariana
Próxima às estações Vila Mariana e Ana Rosa do Metrô
Telefones: (11) 2139-8500 ou 0800 709 8707

Mais que um nome.
CONTEÚDO



FAPCOM

Faculdade Paulus de Comunicação